

O ESTADO DE S. PAULO

Publicado desde 1875

AMÉRICO DE CAMPOS (1875-1984)
FRANCISCO RAMEL PESTANA (1875-1890)
JULIO MESQUITA (1885-1927)
JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-1969)
FRANCISCO MESQUITA (1915-1999)

LUIS CARLOS MESQUITA (1952-1970)
JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)
JULIO DE MESQUITA NETO (1948-1996)
LUIS VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1997)
RUY MESQUITA (1947-2013)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE
ROBERTO CRISLIUMA MESQUITA
MEMBROS
FRANCISCO MESQUITA NETO
JULIO CESAR MESQUITA
LUIS CARLOS ALENCAR
RODRIGO LARA MESQUITA

DIRETOR PRESIDENTE
FRANCISCO MESQUITA NETO
DIRETOR DE JORNALISMO
EURÍPEDES ALCANTARA
DIRETOR DE OPINIÃO
MARCOS GUTERMAN

DIRETORA JURÍDICA
MARTIANA UEMURA SAMPAIO
DIRETOR DE MERCADO ANUNCIANTE
PAULO BOTELHO PESSOA
DIRETOR FINANCEIRO
SERGIO MARGUEIRO MOREIRA

NOTAS E INFORMAÇÕES

Remendo novo em roupa velha



Economista que inspirou o novo programa industrial defende 'Estado empreendedor' e se tornou a musa dos desenvolvimentistas, certamente por propor solução fácil para problema complexo

O desenvolvimento tem uma nova musa. Ao lançar sua "Nova Indústria Brasil", o governo de Lula da Silva destacou o trabalho da economista italiana Mariana Mazzucato como fonte de inspiração. "Musa" é um pouco mais que metáfora. Segundo a própria Mazzucato, seu livro seminal, *O Estado Empreendedor*, é uma "batalha discursiva". A escassez de dados é tão notória quanto seu diagrama mostrando que tudo o que há de importante no iPhone foi uma dívida dos governos. Seu talento é contar histórias

mostrando o sucesso do envolvimento do Estado em grandes inovações.

O senso comum liberal é que a iniciativa privada cria as inovações e o crescimento que financiam o setor público, mas para Mazzucato é o contrário: através de missões "ousadas e inspiradas", políticos carismáticos e burocratas visionários apontam o caminho para resolver grandes problemas e financiam as tecnologias que, depois, são empregadas pelas empresas privadas para comercializar produtos lucrativos.

A crise financeira de 2008, as tensões geopolíticas, o crescimento da Chi-

na e a pandemia parecem justificar essa narrativa. Políticas industriais e protecionistas se popularizam entre estatistas à esquerda e nacionalistas à direita como condição para criar empregos, dominar mercados e vencer rivalidades geopolíticas.

No entanto, essa epopeia do Estado empreendedor é obviamente uma falácia. As evidências de Mazzucato são exageradas e anedóticas. Os casos de sucesso são selecionados a dedo, negligenciando a proporção muito maior de fracassos.

Enquanto o anarcocapitalista Javier Milei, presidente argentino, exagera ao dizer que não existem "falhas de mercado", Mazzucato peca pelo excesso oposto, como se não houvesse "falhas de Estado". "Não são levados em conta problemas de economia política e dificuldades no processo de escolha pública que resultam em problemas como corrupção, captura das políticas públicas, resistência a mudanças e ineficiência decisória", resumiu Marcos Mendes numa crítica a *O Estado Empreendedor* publicada no site do Insper. "Tampouco se considera a importância da capacidade de governança pública, e o fato de que mais de 90% da população vive em países com governos de baixa capacidade técnica e operacional."

O problema de fundo é uma visão ingênua de como funciona a inovação. "Grandes rupturas nunca vêm de planos de governo ou gênios solitários, mas da efervescência de ecossistemas intelectuais com a constante fertilização cruzada entre diferentes disciplinas e atividades", notou o economista Johan Norberg, ao resumir a história da

tecnologia traçada por Matt Ridley no livro *Como surgem as inovações*. "Elas se sustentam em uma complexa rede de colaborações, surpresas, inspiração e improvisação."

O "milagre econômico" chinês poderia contradizer essas ideias. Mas o crescimento dos anos 1980 aos anos 2000 começou precisamente com a liberalização quase acidental em pequenas comunidades rurais, depois abraçada por Deng Xiaoping para o comércio e a indústria e impulsionada por uma forte urbanização e investimentos em educação. Na última década, porém, o medo de Xi Jinping de que a liberalização econômica incite a liberalização política tem motivado intervenções agressivas que estão exaurindo essas condições.

Há muitas iniciativas do Estado brasileiro que estimulariam as condições de inovação e crescimento, como mais segurança jurídica, burocracia eficiente, infraestrutura e, sobretudo, educação e pesquisa. O País nunca teve uma "política agrícola" com "missões" grandiloquentes como as das inúmeras "políticas industriais" que resultaram em voos de galinha e deixaram um rastro de corrupção, ineficiência, dívida e inflação. Mas o investimento estatal nas pesquisas da Embrapa foram cruciais para o espetacular crescimento do agro.

Uma política industrial realmente nova buscaria assimilar essas lições e remover as barreiras que tornam o ambiente de negócios do Brasil um dos mais inóspitos do mundo. Mas, tal como está, a "Nova Indústria Brasil", por mais sedutor que seja o canto da sereia de Mazzucato, é só remendo novo em roupa velha. ●

Enquanto o futuro não chega

Projeção de exportação recorde de petróleo em 2024 é aviso prático de que é possível trabalhar pela transição energética sem desperdiçar a demanda imediata por combustível fóssil

O Brasil pode colher um valor recorde com a exportação de petróleo bruto em 2024, informou reportagem do Estadão, com base na projeção da Associação de Comércio Exterior do Brasil. As vendas devem atingir 83 milhões de toneladas e somar mais de US\$ 43 bilhões, rivalizando com a soja e o minério de ferro na liderança da pauta brasileira. Caso a projeção se confirme, será o desempenho mais robusto da história, não obstante os números sejam passíveis de revisão ao longo do ano, sujeitos a questões geopolíticas e consequente variação na cotação do preço do barril. O protagonismo do petróleo, sugerem especialistas, tem tudo para se consolidar até 2030, quando a extração do pré-sal começará a perder força.

Tamanha expectativa pode estremecer os corações ambientalistas mais empedernidos e parecer fora de lugar para muita gente envolvida no debate da transição energética e climática — sem a qual o mundo seguirá mergulhado na dependência dos combustíveis fósseis e seus riscos inerentes. Mas os números projetados não só reforçam outros alertas já emitidos por países produtores, como reafirmam o que deveria ser uma preocupação nacional, já sublinhada aqui: não há lugar para o petróleo nas matrizes energéticas do futuro, mas no presente e no horizonte do curto prazo, gostemos ou não, ele ainda é o maior combustível do crescimento econômico. Desperdiçá-lo será um grande erro.

Dessa constatação derivam outras, especialmente relevantes neste mo-

mento-limite para a tomada de decisão que definirá a posição que o Brasil ocupará ao fim da transição energética. A primeira delas é que, por se tratar de empreitada complexa, a transição requer não um estalar de dedos movido por uma providencial "vontade política", e sim esforço, planejamento e execução de longo prazo. Serão anos, ou mesmo décadas, de iniciativas que, ao fim do processo, não resultarão propriamente na extinção da geração fóssil, sobretudo porque nenhuma modalidade exibe condições, sozinha, de responder ao crescimento da demanda mundial por energia. Estimativas sugerem que a procura global por energia aumentará 23% até 2045. Renunciar a qualquer modelo de produção é contratar uma crise energética futura.

Em segundo lugar, o mundo ainda enfrenta alta dependência de petróleo. Isso significa que um desinvestimento acelerado pode causar sérios problemas à economia global. Exigências de descarbonização da atividade de exploração, produção e refino são mais plausíveis do que a mera pregação pela interrupção dos trabalhos exploratórios em novas jazidas, como se viu no debate do ano passado em torno da Margem Equatorial. Essa é uma das razões que levam muitos especialistas e representantes dos países exportadores de petróleo a defender que fortes investimentos em energia renovável sejam

acompanhados de outros, igualmente intensos, na exploração de petróleo.

A terceira ponta da história diz respeito à singularidade brasileira. De um lado, o País tem a vantagem de abrigar volumosos reservatórios de petróleo em áreas marinhas ultraprofundas, com expertise para explorá-las com segurança e ao menor custo. É também um mercado promissor na produção de hidrogênio verde, avanço na geração eólica e solar e tem condições de planejar o desenvolvimento em diversas frentes energéticas. Se combinar esse potencial duplo, pode não só evitar a dependência da importação de petróleo e derivados, como oferecer sua contribuição para mitigar os efeitos da crise climática, além de tornar menos poluente a geração fóssil. E o fundamental: os próprios recursos gerados pelo petróleo podem ajudar a financiar o elevadíssimo custo da transição.

Até que esse ciclo se complete, o Brasil não pode ignorar o fato de que a era do petróleo ainda parece longe do fim. Nem a indústria de petróleo e gás deve ser vista como vilã da transição nem pode servir de esteio para alimentar a insegurança energética e uma provável desestabilização das economias. Isso não significa resignar-se à maldição dos recursos naturais, tampouco abrir mão do planejamento cuidadoso de longo prazo. Imediatismo, afinal, não combina com transição. ●